

Denúncias de feminicídio e tentativas de assassinato a mulheres mais que triplicam no país

Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, recebeu, em média, uma denúncia de feminicídio ou de tentativa de feminicídio a cada duas horas. Dados são do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

[\(G1, 17/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Denúncias de feminicídio e tentativas de assassinato de mulheres mais que triplicam em todo o Brasil.

Dados da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, serviço do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apontam que, entre janeiro e outubro deste ano, foram registradas 3.664 denúncias de feminicídio e tentativa de feminicídio em todo o país.

Esse número representa um aumento de 272% na comparação com 984 relatos dessa natureza contabilizados no mesmo período de 2018. O levantamento exclusivo foi obtido pela GloboNews por meio da Lei de Acesso à Informação.

Isso significa dizer que, neste ano, o Ligue 180 recebeu, em média, uma denúncia de feminicídio ou de tentativa de feminicídio a cada duas horas.

De acordo com os números do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, as ligações telefônicas relacionadas a feminicídios em todo o país saltaram, no período, 141% (de 22 para 53 ocorrências). Já a quantidade de tentativas de feminicídios relatadas ao Ligue 180 cresceu 275% (de 962 para 3.611 casos).

Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, afirma que os dados refletem um maior encorajamento das mulheres no sentido de

denunciar o agressor, mas também traduzem o aumento da violência de gênero.

“É bem possível afirmar que há por um lado um aumento da denúncia, um certo empoderamento feminino, mais serviços disponíveis que fazem com que as pessoas se animem a denunciar e façam chegar essas informações as autoridades, mas também é possível afirmar que está havendo um aumento desses dados de violência contra a mulher”.

Medidas protetivas

No estado de SP, o [número de medidas protetivas de urgência concedidas a mulheres em situação de violência doméstica bateu recorde](#) em 2019.

Entre janeiro e outubro, foram 95.050 pedidos atendidos, número que supera os resultados dos seis anos anteriores que compreendem a série histórica do Tribunal de Justiça.

A quantidade de pedidos atendidos até outubro deste ano representa um aumento de 25% na comparação com o mesmo período de 2018, quando 76.316 medidas protetivas foram determinadas nas cidades de São Paulo, de acordo com dados do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Ligue 180

A Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - Ligue 180 - é um serviço de utilidade pública gratuito e confidencial (preserva o anonimato), oferecido pela Secretaria Nacional de Políticas, desde 2005.

O Ligue 180 recebe denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e de orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário.

A Central funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, e pode ser acionada de qualquer lugar do Brasil e de mais

16 países (Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela).

Desde março de 2014, o Ligue 180 atua como disque-denúncia, com capacidade de envio de denúncias para a Segurança Pública com cópia para o Ministério Público de cada estado. Para isso, conta com o apoio financeiro do Programa 'Mulher, Viver sem Violência'.

Ele é a porta principal de acesso aos serviços que integram a Rede nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, sob amparo da Lei Maria da Penha, e base de dados privilegiada para a formulação das políticas do governo federal nessa área.

Por Léo Arcoverde e Milena Teixeira

Mulheres indígenas recebem apoio comunitário para enfrentar violência doméstica na Reserva de Dourados

Sem policiamento, seis homens indígenas criam grupo de segurança para ajudar mulheres a romper silêncio e a denunciarem seus algozes

[\(O Progresso Digital, 04/12/2019- acesse no site de origem\)](#)

Sem policiamento e considerada a região mais perigosa para mulheres indígenas do País, a Reserva Indígena de Dourados deu o primeiro passo para combater a violência doméstica. Seis homens, liderados pelo cacique geral, o terena Izael Morales Terena, ajudam mulheres da aldeia a romperem

o silêncio e a denunciarem seus algozes. Todo o trabalho é voluntário e sem nenhuma ajuda de custo do poder público. Juntos, eles formam a Polícia Comunitária formada por homens das três tribos existentes na Reserva: a terena, Guarani e Kaiowá.

Do próprio bolso, as lideranças tiram os recursos necessários para custear as “rondas”, as visitas nas casas, o socorro as vítimas e o transporte delas até a Delegacia da Mulher, na área urbana da cidade. Não há posto policial fixo no local e as forças de segurança pública só entram no local quando são acionados pelas lideranças, ou seja, quando o crime já aconteceu. O protocolo seguido pelas autoridades é que por ser uma terra indígena é preciso de autorização para a entrada. No local vivem 17 mil moradores, número que supera mais de 40 municípios de Mato Grosso do Sul em termos de população.

De acordo com o cacique Izael, inúmeras são as dificuldades no caminho das mulheres vítimas de violência em direção à denúncia. “Muitas delas não rompem o silêncio por medo de ameaças, por causa dos filhos e por não terem onde morar. Mas também existem aquelas em que denunciam, mas voltam atrás, livram os maridos e ainda voltam a morar juntos. Há muitas medidas protetivas na Reserva, mas muitas mulheres acabam procurando o marido de volta para morar junto. Isso faz com que o agressor se empodera em relação a vítima porque ele tem a certeza da impunidade. A consequência pode custar a vida da vítima”, avalia.

Cacique Izael orienta mulheres indígenas a quebrarem o silêncio.

O cacique relata ainda que ainda falta conhecimento das mulheres em relação a Lei Maria da Penha e consciência por parte delas de que a violência precisa ser denunciada e os autores precisam responder na Justiça por seus atos. Outro problema é a falta de estrutura. “Não temos muitas pessoas dispostas ao trabalho voluntário, tendo em vista que as famílias dependem de trabalho remunerado para sobreviver. Também estamos aguardando que a Secretaria de Segurança Pública do Estado cumpra a promessa de destinar carros para atuarmos na reserva. A guerra contra a violência doméstica só não está perdida na Reserva porque somos brasileiros e não desistimos nunca”, lamenta.

São em salas do Escritório das Tribos Unidas, em frente a Escola Tengatú Marangatu, na Aldeia Jaguapiru, onde os atendimentos são feitos. “Há dias que forma fila ai na frente. Nós orientamos as mulheres e caso elas queiram, as levamos para fazer denúncia. Aqui a gente tenta ajudar de todas as formas possíveis. Aconselhamos e corremos atrás de ajuda para que elas possam recomeçar a sua vida sem violência”, explica.

O terena Valdemir Ribeiro é pastor e membro do grupo comunitário. Além de palestras, ele vai nas casas, fala sobre a Lei Maria da Penha e intervém quando é chamado. “A gente leva até pedrada dos agressores. Mas o mais importante é salvar vidas. Várias vezes tivemos que parar as brigas, imobilizar o agressor, colocar dentro do nosso carro até a chegada da Polícia. É uma luta diária”, considera, observando que os principais motivos de agressão dentro da Reserva é o uso de álcool, de droga e da situação de vulnerabilidade social.

Quando as mulheres vencem o medo e decidem procurar as autoridades, novos obstáculos aparecem. O primeiro deles é a distância em até a única Delegacia de Atendimento à Mulher da cidade, localizada a mais de 8 quilômetros da Reserva. Segundo as lideranças indígenas, os ônibus circulam em poucos horários e por rotas limitadas. Por essa razão, para se chegar até o local as vítimas dependem basicamente de seus próprios veículos, motos, carroças e bicicletas. Senão, a alternativa é ir a pé por um trajeto que leva no mínimo uma hora e 40 minutos para ser percorrido e inclui estradas de terra e rodovias. O sinal fraco de celular e Internet também não ajuda as vítimas na Reserva.

Segundo dados do Dourados, a segunda maior cidade sul-mato-grossense, tem dados alarmantes: além de figurar como o segundo município brasileiro com os maiores registros de todos os tipos de violência contra as mulheres indígenas, lidera o ranking do abuso sexual contra elas no país, com 31 casos em 2017. Eles são cerca de metade de todas as ocorrências registradas no Estado naquele ano. Desde 2012, é a cidade onde mais mulheres indígenas são vítimas de violência sexual no Brasil.

De acordo com o Ministério Público Federal, há uma discriminação das autoridades no tratamento a população indígena. Conforme a Procuradoria

informou em recente encontro com lideranças, se um crime é cometido dentro dos limites de uma Aldeia ou Reserva Indígena, seja roubo, furto, violência doméstica ou assassinato, os moradores não encontram respaldo junto às autoridades policiais que, na maioria das vezes, ignoram o chamado alegando falta de combustível, de viatura, de efetivo ou até mesmo falta de segurança.

A Procuradoria avalia ainda que as lideranças das comunidades, por falta de opção, acabam desempenhando o papel dos investigadores, fazendo rondas, identificando os autores dos delitos e prendendo-os por conta própria. Só aí a Polícia entra em cena, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelos próprios indígenas. E a situação não é recente: desde 2012, o MPF atua judicialmente para que as Polícias Civil e Militar cumpram a obrigação de prestar atendimento emergencial às aldeias da região Sul do Estado.

Para o MPF, a população também é tratada com “indiferença hostil”. Tal descaso estatal reflete nos índices de violência. Com base nos dados oficiais, entre 2012 e 2014, o Brasil teve taxa média de 29,2 homicídios por 100 mil habitantes. Em Mato Grosso do Sul, a taxa foi de 26,1. Entre os indígenas de MS este número sobe para 55,9. Já os indígenas da Reserva de Dourados enfrentam uma taxa de homicídios de 101,18 por cem mil habitantes. Os indígenas da região de Dourados morrem por homicídio a uma taxa quase 400% superior aos não indígenas de MS.

Mulheres vivem entre estupros e surras, diz indígena

Vitima de violência desde criança, a terena Dorcas Machado Daniel, 27 anos, diz que nunca teve sorte na vida. Ao O PROGRESSO ela contou que as dificuldades começaram quando aqueles que deveriam protegê-la eram seus algozes. A situação de pobreza extrema fez com que a mãe a abandonasse. Passou a se esconder do pai, que tentava abusar sexualmente da menina.

Aos 14 anos conheceu um jovem que ela pensou que mudaria sua vida para melhor. Ao contrário disso, ela foi cruelmente violentada. Para que não denunciasse, a família do jovem fez com que ele se casasse com ela, com a promessa de que ela seria feliz. Nada mudou. Foram 13 anos de agressões que sofria tanto do marido quando dos familiares dele.

“Vadia, era como ela me chamava. Se a comida não estava do jeito que ele queria era surra. Se eu reclamava que ele me roubava todo o dinheiro do meu trabalho para sustentar o vício em drogas, ele me batia. Até os pais dele me batiam por mero prazer. Até hoje tenho marcas no peito de surras que levei”, revela.

Há um mês ela decidiu por um ponto final nas humilhações que sofria. “Ele gastou todo o meu dinheiro com mulheres. Ele não me respeitava e além de me espancaram, os familiares dele começaram a tentar abusar de minha filha, de 13 anos”, conta.

Depois de procurar ajuda nas lideranças da Reserva, disse que a vida mudou. “Eles me ajudaram em tudo para que eu pudesse criar meus filhos de forma digna e longe de agressões. Ainda há muito o que fazer, pois não posso trabalhar e deixá-los sozinhos, mas hoje voltei a ter esperança, graças ao trabalho da Polícia Comunitária”, revela, ressaltando que desconhecia sobre a Lei Maria da Penha, até procurar ajuda com as lideranças.

Dorcas disse que temeu a morte. “Eles me ameaçou muito, tentou voltar e por último agora disse que virou crente. Não posso colocar em risco a minha vida e nem a dos meus filhos. Não quero nunca mais passar por tudo o que durante tanto tempo. Só quero vida nova”, avisa, enfatizando que muitas mulheres vivem entre estupros e surras na Reserva.

Associação capacita vítimas ao mercado de trabalho

A terena Lenir Paiva Flores Garcia decidiu dar um basta na violência que sofreu por anos com uma atitude nobre. Depois de quase ter um dos dedos decepados numa das brigas que teve com o ex-marido, ela se separou e criou a Associação de Mulheres Indígenas de Dourados. A entidade existe desde 2001 e de lá para cá já ajudou dezenas de mulheres que precisam de ajuda.

Lenir de Paiva, presidente da AMID

Lenir conta que no local são oferecidos cursos de fabricação de sabonetes, tapetes e artesanato indígena. O objetivo é qualificar as mulheres para que elas possam ter renda extra e recomeçarem suas vidas longe dos agressores. “Muitas mulheres indígenas vem até mim porque foram espancadas pelos

maridos. Temos conscientizado de que hoje as mulheres contam com a Lei Maria da Penha, que foi uma importante ferramenta contra a violência. Hoje os maridos sabem que poderão responder pela agressão.

Atualmente a Associação conta com cerca de 70 mulheres que aprendem nova profissão e são responsáveis por disseminá-la a outras indígenas. “Nossa meta é garantir que todas as vítimas de violência tenham condições de se auto sustentarem para não dependerem mais dos maridos. A dependência é um dos fatores que gera medo e fazem com que elas se caleem diante da violência”, afirma.

Lei não contempla especificidades da mulher indígena e violência é subnotificada, diz promotor

Atuante em Dourados no enfrentamento da violência doméstica, o promotor de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior, avalia que a lei Maria da Penha não contempla as especificidades da mulher indígena e que os casos de violência são subnotificados. Segundo o promotor, é preciso um estudo antropológico e cultural para saber como essa lei está chegando nas aldeias. “Saber se está havendo uma mudança cultural e de comportamento que desconstrua esse sistema patriarcal e machista é algo relevante. É importante ter dados para que se possa afirmar que a lei ta sendo eficiente naquilo que ela almeja que é proteger a mulher, punir o agressor e fazer com que a família seja protegida desses malefícios que causam a violência doméstica”, explica.

Izonildo alerta que de modo geral a violência é um importante problema de saúde pública da atualidade. “Todas as mulheres podem sofrer violência, não importa a raça, idade, classe social ou grau de escolaridade. Em Dourados, especificamente nas aldeias indígenas urbanas, verifica-se uma acentuada fragilidade feminina e um tratamento preconceituoso às mulheres. A Lei Maria da Penha, infelizmente, não contempla as especificidades da mulher indígena. A comunidade, quando se depara com a violência contra a mulher, em grande medida, busca soluções internas para a solução do conflito. Isso decorre, muitas vezes, pela imposição cultural machista às mulheres. Por outro lado, infelizmente, as mulheres indígenas têm outras lutas como a saúde, educação, emprego, dentre outras e a violência doméstica acaba

ficando para trás. Os desafios são muitos, mas há muita coisa sendo feita na prevenção e combate à violência contra a mulher indígena. Nesse enfrentamento é preciso considerar o trabalho conjunto das instituições públicas: o Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacia de Atendimento a Mulher, Polícia Militar, Guarda Municipal, Subsecretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres, Conselhos Municipais e a rede de proteção”, enfatiza.

Em relação as características das vítimas, o promotor “as vítimas são mulheres de todas as idades, que procuram as autoridades por causa da violência física e psicológica. “Elas vão lá porque apanharam ou levaram um tapa, mas quando estão sendo ouvidas em juízo revelam que essas agressões já ocorrem a muito tempo. Nos casos de violência psicológica, muitas são impedidas de sair de casa ou trabalhar. O agressor também se revela em casos de jovens e idosos, a maioria de baixa escolaridade e dependentes de álcool e outras drogas ilícitas”, revela.

Izonildo explica que no combate a violência doméstica, o papel do Ministério Público é apurar os fatos junto a Delegacia de Atendimento à Mulher, fiscalizar toda a rede de proteção e poder o público, bem como reivindicar políticas públicas. Em relação aos desafios, ele diz que é preciso a união de esforços para se levar de fato a lei Maria da Penha às aldeias. “Apesar de várias iniciativas como a da Defensoria Pública e Subsecretaria dos direitos da Mulher em distribuir cartilha sobre o combate a violência doméstica em língua guarani é preciso mais força para se levar a lei nas aldeias. Isso exige uma análise bem cuidadosa pois a comunidade vive numa cultura diferente. Além do machismo, em muitos casos as vítimas são socorridas com remédios caseiros e as forças policiais acabam não sendo acionadas. Por essa razão, a violência, em grande número física e sexual, é subnotificada”, ressalta, salientando a importância de unir forças para garantir a eficácia da lei e das medidas protetivas, tendo em vista as dificuldades de se afastar o agressor de casa, no caso de uma reserva indígena.

Denúncias nas aldeias caem e delegado destaca rede de proteção

Enquanto o número de denúncias entre as mulheres da área urbana de

Dourados aumenta, as queixas na Reserva Indígena diminuem. É o que mostram dados da Polícia Civil. De janeiro a novembro a Delegacia Regional de Dourados registrou 81 queixas vindas das aldeias, 7 a menos do que o contabilizado no mesmo período do ano passado.

Para a liderança indígena Fernando de Souza, o recuo pode estar associado ao medo e a falta de condições da mulher indígena de recomeçar a vida longe do agressor. O servidor público acredita que através da mobilização de agentes de saúde na Reserva para combater a violência doméstica pode ser uma alternativa importante para incentivar as denúncias. Conforme ele, a aproximação do agente com a comunidade pode levar informações importantes as mulheres indígenas. “A partir do momento em que a informação sobre a lei Maria da Penha chegar de forma mais intensa nas aldeias, as mulheres serão encorajadas a romper o silêncio, que hoje tem matado”, analisa.

Por outro lado, o número de denúncias de não indígenas tivera aumento leve na delegacia de Polícia Civil. Foram 1.275 denúncias de janeiro a novembro desse ano contra 1.217 no mesmo período do ano passado.

No enfrentamento a violência contra a mulher, o delegado regional de Dourados, Lupércio Degerone, destaca ferramentas importantes em Dourados como a Delegacia Especializada. “A mudança de sede da DAM, que migrou da até central da cidade para uma região bem populosa e também porque a delegacia se aperfeiçoou, se dotou de melhor estrutura e pode prestar um melhor atendimento, rápido, preciso e eficaz. Tudo isso porque a nova estrutura garantiu acesso a elas, tendo em vista a localização privilegiada, em área bastante conhecida no bairro Água Boa, um dos mais populosos da cidade. Além disso, a nova sede oferece salas individualizadas, o que evita qualquer constrangimento para as vítimas”, destaca.

Outro fator positivo para se incentivar as denúncias é a integração dos órgãos de segurança. “A agilidade do Ministério Público e do poder Judiciário, principalmente nos mandados de prisão, que são rapidamente cumpridas pela Delegacia da Mulher são fatores positivos. Fatores como esse faz com que o agressor perceba que há celeridade e resposta por parte do Estado. As campanhas feitas pelos órgãos de segurança também têm

incentivado às mulheres a denunciarem”, salienta.

O agressor também não tem acesso a vítima, quando é detido. Outro facilitador é o atendimento psicológico para as mulheres e a sala específica da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que tem orientado as vítimas sobre seus direitos e garantindo maior segurança.

Vítima não consegue retirar queixa

Há oito anos, a Polícia Civil de Dourados, num entendimento com o Poder Judiciário e Ministério Público decidiu-se que a mulher vítima de violência não consegue retirar a queixa na delegacia contra o agressor, que também não consegue se livrar das grades por meio de fiança. Todas as denúncias são levadas ao conhecimento do Judiciário, porque no entendimento local o “espírito teleológico da lei não cabe fiança”. “ Isso tudo porque as mulheres acabam sendo vítimas duas vezes porque muitas vezes eram elas que pagavam a fiança do agressor”, diz Degerone.

Rede de enfrentamento

Criada em 2015 no município de Dourados a rede de enfrentamento, formada por diversos órgãos públicos de proteção, ajudam a empoderar as mulheres contra os agressores. Trata-se de uma série de serviços e ações voltados para garantir a aplicação da Lei Maria da Penha.

A rede é formada pela Delegacia da Mulher, Programa Viva Mulher, Defensoria Pública, 13ª Promotoria de Justiça e 4ª Vara Criminal. Em qualquer um desses serviços que a vítima procurar, ela ingressará na rede de atendimento com serviços psicossociais que visam ajudar no que for preciso para que ela garanta sua integridade. Mais recentemente a rede ganhou a parceria do Estado e do Hospital Universitário que, através do projeto “Sala Lilás”, garante que vítimas de estupro receba atendimento de saúde, psicológico, de assistência social e policial, tudo num único espaço.

Viva Mulher

Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, criado em 27 de

novembro de 2001, é um serviço de acolhida que oferece acompanhamento psicossocial e jurídico, por meio da Defensoria Pública de Defesa da Mulher, às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O Objetivo do serviço é possibilitar que a vítima se torne protagonista de seus próprios direitos. A unidade fica localizada na Rua Hiran Pereira de Matos, 1520, Vila Mary.

Por Valéria Araújo

Falta de dados raciais das vítimas dificulta combate ao feminicídio

Mulheres negras são maioria entre as vítimas de feminicídio no país; registros sobre raça e cor são subnotificados principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste

[\(Alma Preta, 18/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Um estudo exclusivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) para o **Alma Preta** mostra que 61% das vítimas de feminicídio, homicídio motivado pelo fato de a vítima ser mulher, no país são negras. A porcentagem de não-negras é de 39%.

O levantamento realizado com base em informações de boletins de ocorrência analisou 1.959 casos registrados entre 2017 e 2018. Deste total, 1.425 possuíam registros de raça e cor da vítima, 869 eram negras e 556 não-negras.

A taxa de não informação acerca de raça e cor das mulheres vítimas de feminicídio é de 27,3%. O percentual é considerado grave pelos

pesquisadores que elaboraram o estudo.

Segundo a pesquisadora do FBSP, Carolina Pereira, a falta de registro da característica racial das vítimas mascara a real quantidade de casos onde as vítimas são mulheres negras. Isso dificulta a criação de políticas públicas de combate ao crime de feminicídio, especialmente para esse segmento da população.

“É muito importante pensar em políticas públicas a partir de dados que refletem a realidade concretamente, mas como pensar em políticas baseadas em evidências se o próprio poder público dificulta a produção desses dados?”, questiona.

O crime de feminicídio se enquadra na categoria de morte violenta intencional (MVI), na classificação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). As regiões do país com maior invisibilidade acerca de dados sobre raça e cor nesses tipos de crime são a Norte, com informação de raça e cor em apenas 12% dos registros, e Centro-Oeste, com 9%. As regiões com a maior cobertura são o Sudeste, 91%, e o Sul, 87%.

Para a pesquisadora Carolina Pereira, a baixa taxa de informação sobre raça e cor das vítimas no Norte e no Centro-Oeste do país é decorrente do descaso do poder público.

“É muito simples preencher os campos de cor e raça no boletim de ocorrência, mas dentro das instituições policiais essa é uma informação vista sem a importância necessária”, pondera.

Endurecimento de leis não é eficaz no combate a feminicídios

O Senado Federal aprovou em 6 de novembro uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna imprescritível e inafiançável o crime de feminicídio.

Durante votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a autora da proposta, a senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), sugeriu a inclusão do feminicídio no artigo 5º da Constituição, equiparando-o ao crime de racismo.

De acordo com a pesquisadora do FBSP, Carolina Pereira, a medida não deve reduzir o número de feminicídios, principalmente o das mulheres negras. Ela destaca que não existe nenhuma avaliação científica de que o endurecimento de leis penais torna um determinado ato criminoso menos cometido.

“Penas mais duras não necessariamente geram redução de crimes. Não existe essa relação direta, especialmente quando se trata do feminicídio de mulheres negras. Precisamos lembrar que as pessoas negras são as mais atingidas e criminalizadas por leis penais. É muito complicado traçar um raciocínio de que essas ações podem favorecer a população negra, ainda que se trate de mulheres vitimadas”, explica.

A criação de políticas que melhorem as condições econômicas das mulheres é apontada pela pesquisadora como um dos caminhos para reduzir os índices de feminicídio no país.

“Propostas de leis penais são tentativas de abafar o debate sobre a prevenção à violência contra as mulheres a partir da raiz dos problemas. É fundamental que pensemos em estratégias para tirar as mulheres de situações de vulnerabilidade, como relacionamentos abusivos motivados pela dependência econômica”, conclui Carolina Pereira.

Por Nataly Simões

CPI do Feminicídio da Alerj aprova relatório final

Documento faz 126 recomendações ao Executivo Legislativo e Judiciário

[\(Agência Brasil, 23/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A CPI do Feminicídio, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), aprovou hoje (23), o relatório da deputada Zeidan Lula (PT) com 126

recomendações para os governos estadual e municipais, e, ainda, para os poderes Legislativo e Judiciário. Além das recomendações, a CPI propõe cinco projetos de lei e três indicações legislativas.

A presidente da CPI, deputada Martha Rocha (PDT), disse que os projetos de lei são bem objetivos. Um deles institui o formulário Frida, que já é usado em alguns segmentos de políticas públicas, com capacidade de identificar e diagnosticar a possibilidade do risco que sofre uma mulher e promover soluções mais rápidas. Outro pede a construção de um programa que atenda a questão da violência psicológica.

Outro projeto defende a criação de um kit vestuário para mulheres que vão fazer exames no Instituto Médico Legal (IML) depois de um caso de violência. Segundo a deputada Martha Rocha, a medida é muito importante, porque muitas das vezes as mulheres vão ao IML e nas suas roupas há presença de vestígios orgânicos que precisam ser periciados. “Essas roupas não ficam no Instituto Médico Legal por um único motivo, porque as mulheres não têm como deixar as roupas. Isso é muito simples para a estrutura do governo, mas fundamental para a coleta de material e de provas periciais”, disse.

O relatório sugere, ainda que após encerrado o trabalho no plenário com a aprovação do relatório, que haja um monitoramento das indicações legislativas. Para isso, a deputada quer um trabalho conjugado das comissões de Direitos das Mulheres, do Trabalho e dos Direitos Humanos.

“Uma das formas de enfrentar essa violência é dar autonomia econômica para essa mulher, então, a gente sugere que as mulheres vítimas de violência tenham uma cota nas empresas prestadoras de serviço. A gente sugere que as mulheres vítimas de violência possam ter uma cota em todos os programas sociais do estado e municípios. Acho que a criação dessa comissão [conjunta] é que vai monitorar a efetividade das sugestões feitas no relatório final”.

A deputada disse que as indicações legislativas são sugestões ao governador do estado, porque os parlamentares não têm atribuição para legislar sobre a matéria.

Comissão

Para a relatora deputada Zeidan Lula, a criação da comissão conjunta após a aprovação pelo plenário do relatório da CPI, vai garantir um acompanhamento de todas as recomendações aos governos estadual e municipais, como também aos poderes Legislativo e Judiciário. “A gente não pode garantir nada porque os poderes são independentes, tanto o Judiciário quando o Executivo, mas uma coisa a gente tem certeza, esse relatório final vai ser distribuído para a sociedade civil. O movimento de mulheres que já atua nessa luta vai ter acesso e nós aqui vamos acompanhar, não só como um poder fiscalizador, mas também com um diálogo, mostrando a importância que é com os dados estatísticos que a gente tem de assistência para essas mulheres”, observou.

A relatora destacou que durante o trabalho da CPI chamaram atenção os casos de violência contra mulheres trans, negras e lésbicas. “A violência é mais absurda e marcante, muito cruel. São dados que sensibilizam os poderes para implementar as medidas e absorver as recomendações. Não dá para garantir, mas dá para fiscalizar”, disse.

Secretaria

A deputada Zeidan Lula destacou ainda a sugestão de criação de uma Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres. “É possível que se tenha, já teve em alguns municípios, e não altera muito a questão estrutural de serviço público, mas cria uma demanda de política pública importante”, disse.

Zeidan acrescentou que a criação da secretaria já era uma recomendação na CPI da Violência contra a Mulher, de 2015, mas não foi atendida. Agora, ela espera que o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, aceite a sugestão. “Uma secretaria tem mais poder de execução e estrutura. Uma secretaria tem suporte maior para atuar no estado com mais eficiência implementando políticas públicas específicas para essa mulher”, ponderou.

Votação

A presidente da CPI, Martha Rocha, adiantou que os projetos serão

apresentados coletivamente pelos parlamentares que compuseram a CPI.

Por Cristina Indio do Brasil

Pesquisa Universa: 7 em cada 10 mulheres veem violência como maior desafio

Segundo levantamento, 81% concordam que esse deveria ser o tema mais debatido pela sociedade

[\(Universa, 04/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

De todos os desafios enfrentados pelas mulheres no Brasil, acabar com o desrespeito e a violência de gênero é considerado, hoje, o maior deles. É o que dizem sete em cada dez entrevistadas ouvidas em uma pesquisa feita para Universa pelo instituto de pesquisa Catapani & Associados e pela consultoria de marketing e comunicação ID Rock.

O levantamento consultou 1.000 mulheres das classes A, B e C entre 18 e 60 anos de todo o país. Mesmo com diferenças de idade e classe social, o tema da violência contra a mulher é considerado o de maior importância por todas: 81% delas consideram que esse é também o assunto que mais deveria ser debatido pela sociedade.

Na sequência de temas prioritários aparecem saúde da mulher, com 43%, padrões estéticos e comportamentais, com 30%, desigualdade salarial, com 26%, e igualdade de mulheres em altos cargos e cargos políticos, com 20%.

“É uma constatação triste. Enquanto em vários países mulheres querem debater outras questões ligadas à emancipação feminina, como salário, no Brasil a gente tem que discutir o direito de não morrer, de não ser estuprada,

de não jogarem ácido no nosso rosto. É muito violento”, diz a promotora de Justiça Silvia Chakian, integrante do Gevid (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica) do Ministério Público de São Paulo.

Por outro lado, afirma Silvia, o resultado da pesquisa mostra um amadurecimento da sociedade. “A violência contra a mulher entrou na pauta do dia. Há maior percepção da gravidade do problema”, diz. “Pelo menos até a criação da Lei Maria Penha, em 2006, a questão era invisível, ia para debaixo do tapete.”

Ainda que a violência seja uma preocupação de mulheres de diferentes classes sociais, a promotora destaca que há especificidades para cada grupo. “Quando elas dizem, na pesquisa, que o tema da violência é importante, cada uma fala da sua experiência. Temos que reconhecer que mulheres negras sofrem violências que as brancas não vivenciam por causa do racismo”, afirma. “Assim como lésbicas passam por situações que mulheres heterossexuais não vivem, e mulheres da periferia passam por opressões que não atingem as das classes mais favorecidas.”

Sobrecarga e mercado de trabalho: outras grandes batalhas

A sobrecarga física e mental é outra grande batalha que as entrevistadas dizem enfrentar. Quando questionadas sobre como se sentiram fisicamente nos últimos seis meses, 43% responderam que não estavam bem nem mal. A maioria, 73%, acredita que os desafios diários são impostos por elas mesmas. E 75% gostariam de ter mais tempo para o descanso mental.

A ansiedade é o sentimento mais presente no dia a dia, segundo 51% das participantes da pesquisa. Esse tipo de emoção intensa se reflete em outros números: 44% delas se mostram preocupadas, e 38% se dizem estressadas. Em relação aos sentimentos positivos, 46% se declaram agradecidas, e 36%, esperançosas.

Em relação à ocupação, 60% trabalham e 37% estão desempregadas. Entre as economicamente ativas, 29% trabalham em período integral, 10% em meio período e 21% em casa, de forma autônoma ou contratada em uma empresa.

A maioria, 63%, diz que está feliz com a carreira. E apenas 7% têm preocupação com o cargo que ocupam. Os itens mais importantes para elas são realização no trabalho (26%) e salário/benefícios (23%). As queixas relacionadas a esse tema têm relação com a falta de divisão das tarefas domésticas e da maternidade —deixando mulheres que trabalham fora sobrecarregadas— e desigualdade salarial.

Relação amorosa é a última preocupação

Na lista de objetivos que as entrevistadas esperam alcançar no próximo ano, os relacionamentos amorosos aparecem em último lugar, como objetivo de apenas 25% delas.

Na primeira posição, saúde e bem-estar aparecem como metas para 72% das mulheres. Outros focos citados na pesquisa são família (67%), profissão e carreira (61%), dinheiro e aquisições (56%) e lazer e viagens (56%).

Quem elas querem ser?

Independente financeiramente. Esse é o perfil que 44% das entrevistadas almejam ter. Algumas gostariam de ser a que não se estressa com nada — 17% delas citaram essa característica. Em seguida vem a que tem uma história de vida incrível (12%) e a que tem hábitos saudáveis (9%).

Ambições e dinheiro

Questionadas sobre o direcionamento da renda, 35% das entrevistadas responderam que seu foco é oferecer melhores oportunidades para a família; 24% afirmaram que preferem aproveitar as diversas experiências da vida, e a mesma porcentagem respondeu que poupa para ter um futuro mais tranquilo. Apenas 14% delas responderam que ganham dinheiro para gastar com bens materiais.

Para debatedores, Brasil precisa achar formas de reduzir número de feminicídios

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, a taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo

[\(Agência Senado, 02/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O aumento dos casos de feminicídio preocupa a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. O assunto foi debatido em audiência pública nesta quarta-feira (2), junto a outras formas de violência contra a mulher, com foco nas razões e causas do aumento no número de casos no país.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, a taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo, com uma média de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres. A pesquisadora e professora da Universidade de Brasília (UnB) Lourdes Maria Bandeira destacou aspectos históricos e sociais que contribuem para o atual cenário de violência.

— Uma das bases da violência contra as mulheres diz respeito aos aspectos sócio-culturais de uma sociedade tradicionalmente patriarcal e de origem escravocrata, que transcende os aspectos jurídicos normativos. Por outro lado, a violência contra as mulheres é vista como naturalizada e banalizada, tornando-se algo que passa a ser quase permitido ao homem, sendo socialmente aceitável — alertou.

Entre outros fatores, a gerente de projetos na área de enfrentamento à violência da ONU Mulheres, Aline Yamamoto, ressaltou a posse de armas como um agente de agravamento dos feminicídios.

— O último estudo lançado pelo Atlas da Violência traz justamente esse olhar para o aumento de mulheres que foram assassinadas por arma de fogo dentro das residências, que cresceu nos últimos cinco anos quase 30%, enquanto fora de casa esses assassinatos não tiveram um crescimento tão

relevante. O que é imperativo a gente refletir nas políticas públicas: o quanto a posse de arma nas residências afeta esse fenômeno de violência contra as mulheres.

O representante do Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado, Henrique Marques Ribeiro, afirmou que é preciso vencer três grandes desafios no combate à violência contra a mulher: qualificar os dados sobre feminicídios; combater aspectos culturais e educacionais relacionados a esse tipo de crime — já que muito dos crimes estão relacionados ao sentimento de posse dos homens em relação às mulheres —; e fazer políticas intersetoriais para atender essas mulheres em situação de violência.

Para a senadora Leila Barros (PSB-DF), autora do requerimento para realização da audiência, é necessário haver uma união dos três Poderes para a efetiva aplicação das leis de proteção à mulher.

— Nós temos que ter um grande pacto para que realmente essas leis funcionem. Hoje é esse o nosso maior gargalo. A gente tem aqui no Legislativo a mulherada participando, trabalhando, construindo leis, construindo uma legislação forte. Mas nós temos, de alguma forma, de cobrar do Executivo e do Judiciário que essa legislação funcione. E que, acima de tudo, essas políticas cheguem as nossas mulheres.

Também esteve presente na audiência o diretor do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, Eduardo Macário.

Como frear um crime evitável

que ainda cresce 4% ao ano no Brasil, por Giulliana Bianconi

Apesar do avanço da legislação, com mudanças e ajustes na Lei Maria da Penha desde que foi implementada, e com a Lei do Feminicídio, a morte de mulheres pela condição de gênero desafia os estados

[\(Época, 15/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O feminicídio é crime evitável. Esse é um “mantra” repetido por legisladores, pesquisadoras e profissionais que trabalham no enfrentamento à violência contra a mulher. É um consenso porque os dados e pesquisas, ao longo dos anos, mostram que quando o assassinato da mulher pela sua condição de gênero é consumado, dificilmente não foi precedido por outros tipos de violência. A escalada das agressões, que passa por violências psicológicas e físicas, é relatada por mulheres em boletins de ocorrência, nas audiências na Justiça, entre familiares.

Interromper esse ciclo é possível. A legislação, por meio da Lei Maria da Penha, prevê a prisão preventiva do agressor e medidas protetivas. Desde maio deste ano, as protetivas podem ser concedidas em [situações de emergência até por um policial](#), determinando o afastamento do agressor da residência ou do local de convivência, o que sem dúvida é relevante para frear episódios de agressões que podem chegar ao assassinato num cenário em que 89% dos crimes de feminicídio registrados em 2018 foram cometidos pelo companheiro ou o ex-companheiro da vítima, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, lançado nesta semana.

Apesar do avanço da legislação, com mudanças e ajustes na Lei Maria da Penha desde que foi implementada, em 2006, e com a Lei do Feminicídio, que tornou o assassinato com motivação de gênero crime hediondo em 2015, esse tipo de crime ainda cresce no país, o que significa que as medidas para frear a violência contra a mulher que escala até a morte ainda são insuficientes e precisam ir além da repressão e da punição. O aumento dos números, entre 2017 e 2018, de acordo com os dados levantados pelo Fórum Brasileiro de

Segurança, responsável pelo Anuário, foi de 4%. No total, os 1.206 casos de feminicídio observados pelo estudo no ano de 2018 representam até 8% das mortes intencionais registradas no Brasil.

O crescimento desses números precisa ser discutido a partir da observação da presença ou ausência de políticas públicas estado a estado, e qualquer debate que não considere os recortes de raça e classe será incompleto, uma vez que os feminicídios de mulheres negras representam 61% do total, e o de mulheres com formação que não extrapola o ensino fundamental são 71%. As ações estaduais e locais são fundamentais.

Certamente há algo sendo feito no Piauí, onde a variação na taxa de feminicídios é de 3,5%, que não vem sendo feito em Sergipe, que registra a maior variação, de 163%. Inclusive, Sergipe é um dos três estados que não têm representatividade feminina na Câmara dos Deputados, em Brasília - os outros são Amapá e Maranhão. O Amapá, coincidência ou não, tem a segunda maior variação da taxa de homicídio entre 2017 e 2018: 145%. A falta de representatividade feminina para defender direitos das mulheres é historicamente problematizada pelo movimento feminista, embora não possa ser feita uma relação direta entre a ausência de parlamentares mulheres e o aumento de taxa de feminicídio no estado, obviamente.

As discussões sobre o enfrentamento à naturalização dos crimes contra a vida das mulheres tem ocorrido, isso é fato. A nomeação do problema, em forma de lei, foi estratégia central para dar visibilidade ao crime que pode ser evitável. Mas o que mais pode ser feito? Prevenção. O [Mapa da Violência de Gênero](#), também publicado este ano, visibiliza, na seção Leis, 531 normas legislativas sobre violência contra mulheres, violência sexual, violência doméstica e violência contra pessoas LGBTQ+, e observa que dessas apenas 27% tratam da prevenção como assunto de educação ou mesmo buscando a mudança no padrão de comportamento do agressor. Um dos estados que se destacam no Mapa em relação a esse assunto é o Tocantins, que entre outras ações criou a Semana Estadual Maria da penha nas Escolas. A lei é deste ano, 2019, mas mostra que o Estado vem debatendo e refletindo a violência com seriedade junto ao público estudante. No Anuário, o Tocantins lidera a redução da taxa de feminicídio entre 2017 e 2018: -81,5%.

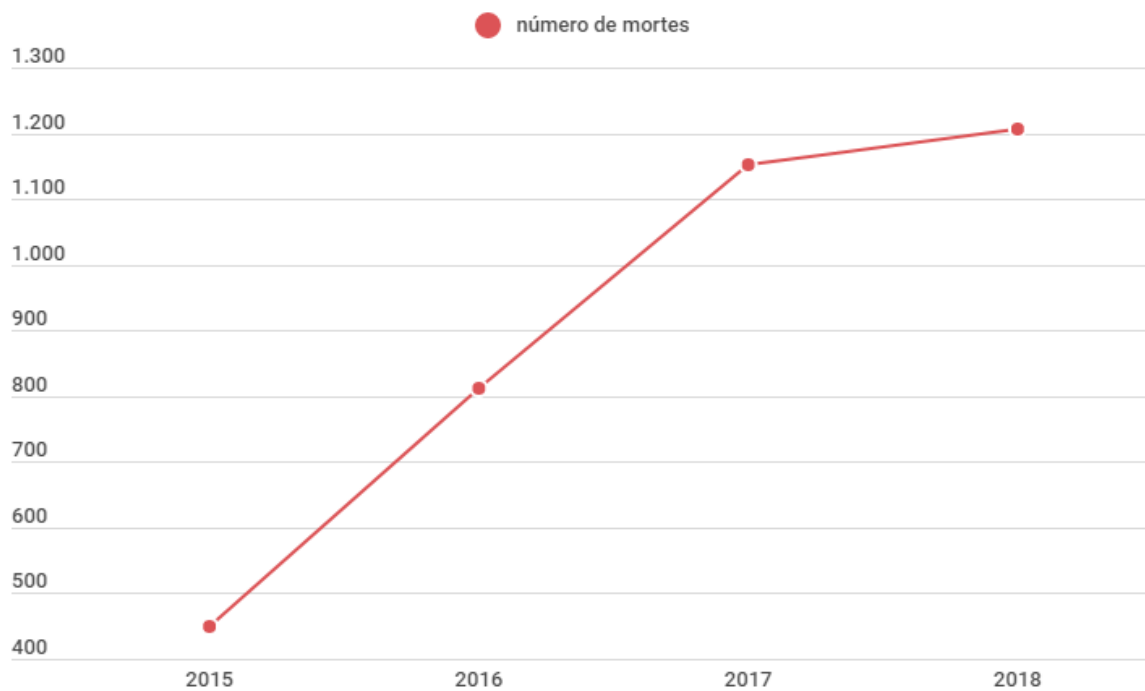
Casos de feminicídio no país crescem 4% enquanto os de homicídio diminuem

A queda de 10% no número de homicídios no país, entre 2017 e 2018, não se reflete nos casos de feminicídio, que registraram alta de 4% no mesmo período, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgados nesta terça (10). O levantamento foi baseado nos dados dos boletins de ocorrência enviados pelos estados ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

[\(Universa, 10/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Em comparação com 2015, ano em que a Lei do Feminicídio foi criada, o aumento foi ainda maior, de 62,7%. Nos dois últimos anos, foram registrados 2.357 feminicídios, o que significa uma vítima morta por ser mulher a cada oito horas. É o maior registro desse tipo de crime desde que a lei entrou em vigor.

Feminicídio no Brasil



Fonte: Anuário de 2019 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Na maioria dos casos, as vítimas são negras (61%) e estudaram até o ensino fundamental (70,7%).

“Essas mulheres acumulam vários indicadores de extrema vulnerabilidade: têm baixa escolaridade, sofrem racismo e, muito provavelmente, têm uma renda relativamente baixa”, afirma a diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno. “Elas já sofriam violência doméstica mas, muitas vezes, nem chegam a denunciar: por não se reconhecerem vítimas, por medo e por dependerem financeiramente do agressor.”

“Quantas mais terão que morrer para o Estado brasileiro agir?”

Na opinião de Samira, ainda que existam leis com penas duras para autores de violência doméstica, a exemplo da Lei do Femicídio, tratar do tema apenas à luz do Código Penal não é suficiente. A diretora do Fórum afirma que faltam políticas de assistência social no que diz respeito à vulnerabilidade de possíveis vítimas, como destacar profissionais capacitados para ajudá-las em postos de saúde. “Essa mulher pode não ter ido à polícia fazer uma denúncia, mas ao posto ela vai. Se houver alguém ali que a ajude,

a chance de ela não sofrer um feminicídio aumenta.”

Na opinião de Samira, o Estado brasileiro vem agindo na contramão do que deveria ser feito para coibir a violência contra a mulher, que culmina nos assassinatos. O debate de violência de gênero e aulas de educação sexual, diz ela, seriam um caminho para a prevenção. “Mas são dois temas demonizados pelo governo”, diz. “Quantas mais terão que morrer e ser violadas para o Estado brasileiro agir?”

Segundo dados do Anuário, os casos de lesão corporal dolosa relacionados à violência doméstica também aumentaram de 2017 para 2018: foram de 252.895 registros para 263.067.

Portanto, a cada dois minutos, mostra o relatório, uma mulher sofre violência doméstica. O que significa que, até você chegar ao final deste texto, ao menos uma mulher terá sido agredida pelo marido, namorado ou antigo companheiro.

88,8% dos autores de crimes são companheiros ou ex

A maioria dos crimes tem como vítimas mulheres de 30 a 39 anos (29,8%). O número também é considerável na faixa entre 20 e 29 anos (28,2%). Os dados são referentes à chamada idade reprodutiva.

O feminicídio está intimamente ligado à violência doméstica, aponta o relatório: 88,8% são cometidos por parceiros ou ex-companheiros. Além disso, em 65,6% dos casos os assassinatos acontecem na residência da vítima.

Uma das alternativas para tentar diminuir o número de feminicídios, acredita a especialista, é promover grupos de reflexão para agressores, para evitar uma escalada de violência que possa culminar no assassinato da parceira ou ex.

“Eles seguem um padrão, aprenderam a se relacionar assim, acham que a mulher é inferior, não aceitam que ela tenha a própria vida ou se envolva

com outra pessoa, caso se trate do fim de uma relação”, diz Samira. “Por isso, é preciso que participem de iniciativas para mudar essa mentalidade.”

Por Camila Brandalise e Maria Carolina Trevisan

Brasil registra 1 caso de agressão a mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento

Violência se dá sobretudo em casa, com agressor conhecido; dado inclui apenas sobreviventes

[\(Folha de S.Paulo, 09/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A vendedora de roupas Talita Oliveira, 29, se submeteu a sete cirurgias reconstrutoras nos dois últimos anos: duas na orelha esquerda e cinco no nariz. “E terei que fazer mais dez só no nariz”, diz.

Em novembro de 2017, foi atacada pelo ex-companheiro, que não aceitava o fim do relacionamento. Era manhã de domingo quando o agressor invadiu a casa da mãe de Talita, em Barueri (SP), onde ela estava.

Tentou esganá-la, quebrar o seu pescoço e arrancou com os dentes uma orelha e o nariz da vendedora. Os dois filhos mais velhos da mulher, de 13 e 11 anos, viram tudo. “Vivi uma cena de filme de terror. Fiquei desfigurada. Dormi uma e acordei outra. Parecia um monstro”, diz ela.

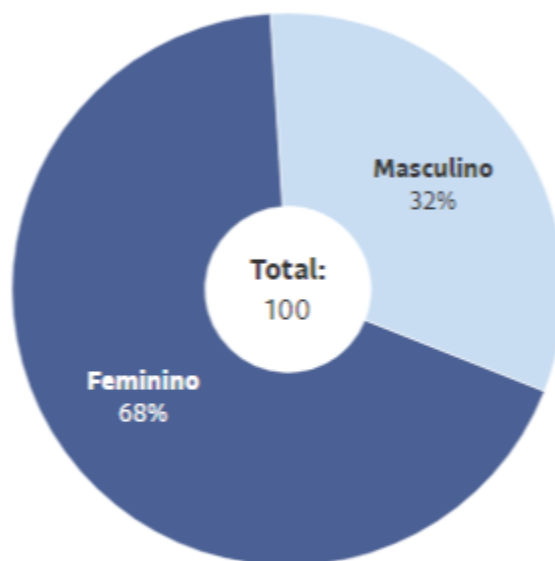
O Ministério da Saúde registra que, no Brasil, a cada quatro minutos, uma [mulher é agredida por ao menos um homem](#) e sobrevive. No ano passado, foram registrados mais de 145 mil casos de violência —física, sexual, psicológica e de outros tipos— em que as vítimas sobreviveram.

A conclusão vem de dados inéditos do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), obtidos pela **Folha** via Lei de Acesso à Informação. A reportagem analisou 1,4 milhão de notificações recebidas de 2014 a 2018.

Toda vez que uma mulher procura um serviço de saúde, e o agente identifica que ela foi vítima de violência, é obrigado a notificar o caso às secretarias de saúde (o mesmo ocorre para violências sexuais, independentemente do gênero, e violências contra crianças e idosos, entre outros casos). Essas informações compõem o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA/SVS/MS).

O número não inclui as mulheres assassinadas, já que elas não são objeto do mesmo tipo de notificação. Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2017 houve 4.396 assassinatos de mulheres no país.

A maior parte das vítimas de violência (física, sexual, psicológica, entre outras) é mulher



Fonte: Sinan/Ministério da Saúde; dados de 2018 são preliminares e estão sujeitos a alterações

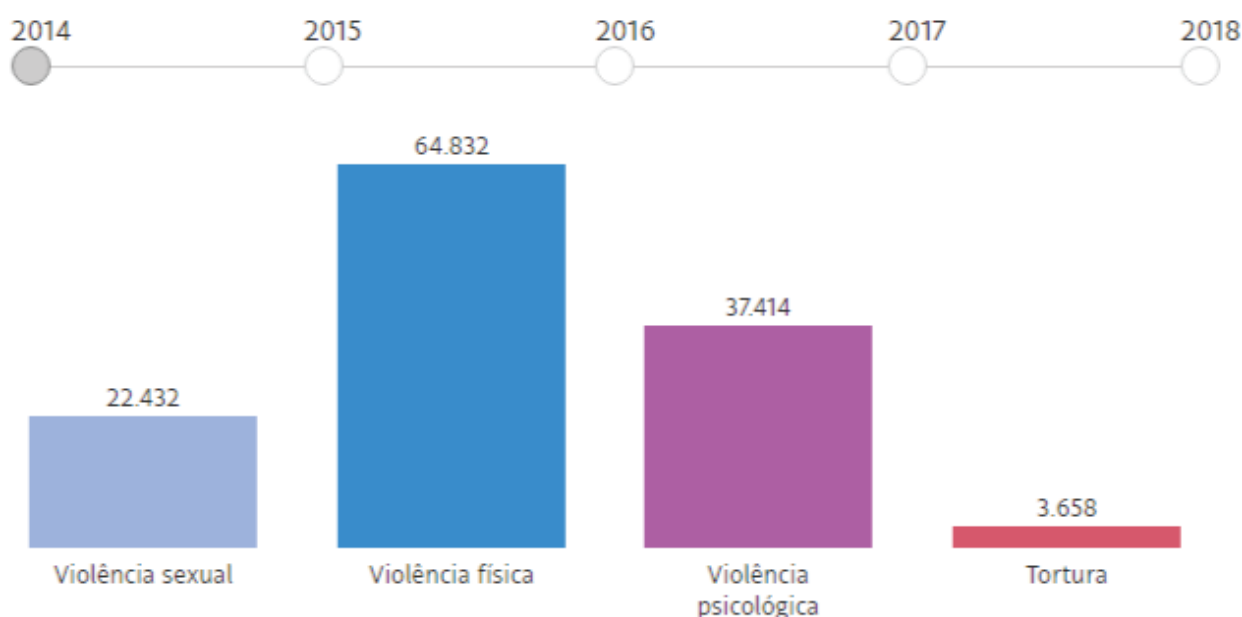
Há também [alto índice de subnotificação](#), mesmo com a obrigação legal do registro —o que significa que o número de agressões pode ser ainda mais alto.

Nos últimos anos, houve [aumento expressivo nos registros de violência física, psicológica e sexual](#), de acordo com a base de dados da pasta. A tendência de

crescimento se manteve ano após ano.

Os registros de violência sexual, por exemplo, tiveram aumento de 53% no período. Nesse tipo de agressão, 7 em cada 10 vítimas são crianças e adolescentes (têm até 19 anos).

As agressões de mulheres por homens não param de crescer, ano a ano em diferentes categorias previstas pelo sistema de notificações do Ministério da Saúde



Fonte: Sinan/Ministério da Saúde; dados de 2018 são preliminares e estão sujeitos a alterações

[Estupros coletivos](#) (cometidos por mais de um autor homem) contra mulheres foram 3.837 no ano passado. Quando se considera também os registros de outros perfis de vítimas, incluindo as do sexo masculino, o total chega a 4.716, uma média de 13 casos por dia.

Não é claro se houve aumento no número de casos de violência contra a mulher ou se os casos passaram a ser mais notificados por causa de uma sensibilização maior da sociedade quanto à violência de gênero, diz a socióloga Wânia Pasinato.

“Nos últimos anos, a gente começou a falar mais especificamente sobre o estupro coletivo, desde o caso de [Castelo do Piauí \[episódio de 2015 de grande repercussão\]](#), em que quatro jovens foram estupradas por cinco

homens]”, observa.

“Os dados estavam lá, mas eram invisíveis, mesmo quem pesquisa na área não dava atenção a isso. À medida que a gente dá mais publicidade, ele começa a ser mais denunciado e o registro entra mais na percepção dos profissionais.”

A antropóloga Tatiana Perrone, pesquisadora do Núcleo de Antropologia do Direito da USP, diz que é difícil precisar a razão do aumento, mas que o crescimento no número de mortes de mulheres é um indicativo de que haja escalada na violência de gênero. “Existe um dado bem concreto, que é o corpo. Não depende de notificação”, afirma.

O último Atlas da Violência, do Ipea, com dados de 2017, mostra que a taxa de mortes de mulheres bateu recorde, chegando a 4,7 assassinatos a cada 100 mil habitantes.

Para a promotora de Justiça Gabriela Manssur, o aumento nos registros de violência contra a mulher se deve ao fato de as mulheres fazerem valer seus direitos cada vez mais: “Há um maior conflito, porque os homens não aceitam a liberdade de comportamento”.

Se a violência sexual atinge mais crianças e adolescentes, a agressão física tem como vítima preferencial mulheres de 20 a 39 anos (55% dos casos).

Em quase todos os casos de violência, o agressor da mulher é uma pessoa próxima: pai, padrasto, irmão, filho, ou, principalmente, ex ou atual marido ou namorado. É em casa onde as mulheres são, na maioria das vezes, agredidas: [70% dos casos ocorrem em residência](#).

Na maioria das vezes,
o agressor é o ex ou
atual companheiro



Fonte: Vigilância de
Violências e Acidentes
(VIVA/SVS/MS)

Foi o caso da Talita, a mulher citada no começo desta reportagem.

A vítima e o agressor, seu ex-companheiro, ficaram juntos por cerca de dois anos. As agressões começaram no segundo ano do relacionamento, segundo ela. Manchas roxas pelo corpo eram comuns.

“Minha mãe falava para eu me separar, que uma hora ele ia me machucar feio”, diz. “Mas, quando você está dentro do ciclo de violência, é muito difícil sair. A mulher não gosta de apanhar. A gente fica psicologicamente presa.”

Para Perrone, essa violência está ligada aos papéis que são ocupados por cada gênero na sociedade.

“Os [homens são ensinados a utilizar a força e a violência para a resolução de conflitos](#) e tentam colocar as mulheres em determinados lugares. Há um exercício de poder e da violência para controlar os corpos das mulheres.”

REGISTROS INDICAM DISCREPÂNCIAS E

SUBNOTIFICAÇÃO

Dados levantados por órgãos de saúde, como é o caso do Sinan, tendem a ser mais confiáveis que os de sistemas de segurança, alimentado pelas polícias.

Isso acontece porque é alto o índice de subnotificação de casos de violência doméstica e de violência sexual, já que há casos em que as vítimas temem denunciar seus agressores.

Wânia Pasinato explica, porém, que os dados do Ministério da Saúde “enfrentam, como qualquer outro sistema de informação, a dificuldade de sensibilizar o profissional da ponta sobre a importância de fazer essa notificação”.

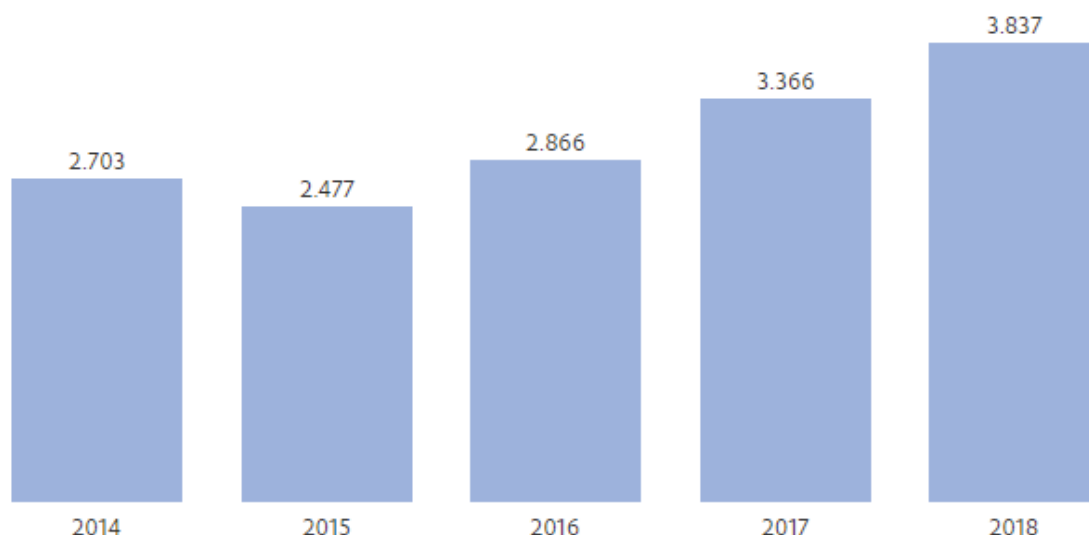
O Ministério da Justiça, que agrega informações policiais, chega a registrar o dobro de casos de estupro que o Ministério da Saúde em 2018.

Isso acontece por uma série de fatores. Primeiro, há estados que enviam dados à pasta da saúde só de atendimentos em hospitais públicos, enquanto outros incluem atendimentos na rede privada.

A diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, levanta outro problema. “Existe uma certa resistência de médicos, que não querem ser chamados para testemunhar em casos de violência doméstica ou sexual, e não assinam a notificação que deveria ser compulsória”, afirma.

“Os dados nos ajudam muito a entender o perfil das vítimas, mas não mensuram todo o tamanho do problema.”

Estupros coletivos contra mulheres feitos por homens também atingem recorde



Fonte: Sinan/Ministério da Saúde; dados de 2018 são preliminares e estão sujeitos a alterações

Os dados levantados pela reportagem não permitem ver a faixa de renda, mas estudos apontam que a violência contra a mulher atinge toda a sociedade, independentemente de classe social.

Estudo do Ipea mostra que a violência de gênero tem o dobro da ocorrência quando a mulher participa do mercado de trabalho.

Hoje, Talita não consegue mais respirar pelo nariz. Teve depressão, emagreceu 20 kg, viu os filhos repetirem de ano e não consegue arranjar emprego. “Qual empresa vai contratar uma pessoa doente, que precisa operar de quatro em quatro meses?”

Com a ajuda de um tratamento psicológico, tenta se reerguer. “A minha vida recomeçou do zero. Nasci de novo. Disso eu tenho certeza”, afirma.

O agressor, Ricardo Willians Cazuzo, está preso. Ele foi condenado em primeira instância pelo crime e recorre da decisão judicial.

METODOLOGIA

Para análise dos dados foram retirados registros duplicados a partir de combinações de informações idênticas na base de dados - número de notificação, data de ocorrência, sexo, data de notificação, código da regional

de saúde e data de Nascimento (este último para os microdados de 2018).

Para analisar a violência a mulheres cometida por homens, levou-se em conta a declaração do sexo da vítima e do possível agressor. Neste último caso, foram considerados tanto as opções que o identifica do sexo masculino e ambos os sexos (nos casos que há mais de um agressor).

Por Marina Gama Cubas, Júlia Zaremba e Thiago Amâncio

Mulheres negras são as maiores vítimas de violência, por Gleide Ângelo

No artigo de hoje falarei sobre a violência que as mulheres negras sofrem no Brasil. As pesquisas de diversos Institutos demonstram que as mulheres negras são as maiores vítimas de violação dos direitos humanos. Na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no ano de 2013, 59,4% dos registros de violência doméstica no serviço referem-se a mulheres negras.

Homicídios de mulheres negras

“A taxa de homicídio de mulheres negras é o dobro da taxa das mulheres brancas, isto na média nacional, pois existem estados onde a desigualdade racial é maior. Além da questão da mulher indígena que muitas vezes é ignorada na elaboração destes índices, com justificativa no baixo volume das mortes desta população. Quando calculamos a proporção destas mortes para mulheres indígenas observamos que o índice vem aumentando, aproximando-se do das mulheres negras, demonstrando que ser vítima de homicídios tem relação com as desigualdades étnico/raciais.”
Jackeline Aparecida Ferreira Romio, mestre e doutoranda em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de

Campinas (IFCH/Unicamp).

Leia mais: [Especial Raízes da Intolerância](#)

No Mapa da Violência 2015, Homicídios de mulheres no Brasil, o autor fala, “nos diversos Mapas da Violência em que abordamos a questão da incidência da raça/cor na violência letal, para o conjunto da população, concluimos que: a) Com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País. b) As taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros. c) Por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica.

Números da violência

Analisando o Mapa da Violência 2015, Homicídios de mulheres no Brasil observamos que a vitimização da população negra se repete também aqui, nos casos de homicídios de mulheres:

- » No Brasil, o número de homicídios de brancas cai de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período.
- » Já os homicídios de negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas.

No Estado de Pernambuco, os homicídios de brancas caiu de 53 vítimas em 2003 para 23, em 2013. Isso representa uma queda de 50,9% no total de homicídios no período. Já os homicídios de negra aumentaram 19,8% no mesmo período, passando de 187 para 224 vítimas.

Analisando outros indicadores da violência contra as mulheres, constantes no Instituto Patrícia Galvão, identificamos o percentual das mulheres negras

- » 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica são negras. (Balanço do Ligue 180 Central de Atendimento à Mulher/2015)
- » 53,6% das vítimas de mortalidade materna, são negras (SIM/Ministério da Saúde/2015)
- » 65,9% das vítimas de violência obstétrica são negras (Cadernos de Saúde Pública 30/2014/Fiocruz)
- » 68,8% das mulheres mortas por agressão, são negras. Diagnóstico dos homicídios no Brasil (Ministério da Justiça/2015)

» Duas vezes mais chances de serem assassinadas que as brancas. Taxa de homicídios por agressão: 3,2/100 mil entre brancas e 7,2 entre negras (Diagnóstico dos homicídios no Brasil. Ministério da Justiça/2015)

» Entre 2003 e 2013, houve uma queda de 9,8% no total de homicídios de mulheres brancas, enquanto os homicídios de negras aumentaram 54,2%.

Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil (Flacso, OPASOMS, ONU Mulheres, SPM/2015)

A Capitã Lúcia Helena Salgueiro, Coordenadora Operacional do GT Racismo da PMPE, que também é psicóloga tem um trabalho sobre “A Solidão da Mulher Negra”. Nesse trabalho há a citação da neuropsicóloga Maitê Lourenço, que fala do sentimento vivenciado pela mulher negra em uma sociedade preconceituosa:

“Segundo a Psicóloga e neuropsicóloga Maitê Lourenço, adjetivos pejorativos, como “feia”, “macaca” ou frases ditas por familiares, colegas e outras pessoas como “ninguém vai te querer assim” fazem parte do contexto diário das mulheres negras, gerando sentimentos de menos valia, baixa autoestima e introspecção. Com isso, pela violência do racismo, há possibilidade de que a depressão, ansiedade e outras doenças crônicas, como asma e

fibromialgia, acometam essas mulheres. A humilhação social também é um dos sofrimentos psíquicos causados pela solidão da mulher negra, pontua Lourenço. Essa mulher sente-se humilhada por perceber que não corresponde ao que é esperado para sua idade, classe social, escolaridade e ambiente familiar. Timidez excessiva, irritabilidade, ansiedade intensa, hipertensão, depressão, obesidade, uso abusivo de álcool e outras drogas também são consequências, dentre muitas outras, do processo vivido por estas mulheres”, destaca Maitê Lourenço.

Quais os crimes cometidos?

» Para a violência de gênero, contra a mulher, existe a Lei Maria da Penha com os Mecanismos de Proteção.

» Mas, se a violência for em razão da cor, pelo fato da mulher ser negra, existem dois tipos de crimes: a injúria racial e o racismo. Enquanto a injúria

racial consiste em ofender a honra de alguém valendo-se de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem, o crime de racismo atinge uma coletividade indeterminada de indivíduos, discriminando toda a integralidade de uma raça. O crime de racismo é inafiançável e imprescritível.

Amiga, se você está sendo vítima de preconceito pelo fato de ser negra, não fique calada. Você não é obrigada a seguir regras de beleza que a sociedade impõe. Use o cabelo, a roupa, da forma que você quiser. Ninguém pode ser julgado e discriminado pela cor da pele ou pela roupa que veste.

Se você for desrespeitada em qualquer ambiente que frequenta, não fique calada. Não deixe ninguém te humilhar. Você precisa mostrar aquela pessoa que ela está cometendo um crime e que irá responder de acordo com a lei. Procure qualquer delegacia de polícia e registre um boletim de ocorrência.

Precisamos desconstruir essa cultura machista e preconceituosa de que a mulher e o negro são inferiores. Por isso, não permita que ninguém te agrida e te humilhe. Exija respeito e busque os seus direitos. O seu direito já está descrito na lei, então denuncie!

Você não está sozinha!!!!

Em quais órgãos buscar ajuda:

- » Centro de Referência Clarice Lispector - (81) 3355.3008/ 3009/ 3010
- » Centro de Referência da Mulher Maristela Just (81) 34682485
- » Centro de Referência da Mulher Márcia Dangremon 0800.281.2008
- » Centro de Referência Maria Purcina Siqueira Souto de Atendimento à Mulher - (81) 3524.9107
- » Central de atendimento Cidadã pernambucana 0800.281.8187
- » Central de Atendimento à Mulher do Governo Federal 180
- » Polícia 190 (se a violência estiver ocorrendo) 190 MULHER

Gleide Ângelo é delegada especial, lotada na Delegacia de Olinda.
gleideangelo@gmail.com